

Yao, Yunzhu. *A Dissuasão Nuclear: A perspectiva chinesa*. Air & Space Power Journal em português. Vol XXI, nº 4, 4º trimestre, 2009.

O Pensamento de Boyd e a Resposta Neoconservadora Estadunidense à Ascensão do Sul³⁴

João Gabriel Burmann da Costa³⁵
Luiza Costa Lima Corrêa³⁶

Resumo

Procurou-se inventariar, no presente artigo, a influência do pensamento de John Boyd sobre as respostas americanas neoliberais dadas nos anos Reagan e a formulação da estratégia neoconservadora dos anos 2000. Buscou-se também expor os impasses que dividem os Estados Unidos sobre que atitude tomar diante da ascensão dos países do Sul. Explicou-se, portanto a ascensão do Sul através da ideia de disseminação do “modelo norte-americano”. Conclui-se que a influência de Boyd na resposta dada nos dois momentos identifica-se com a força de formação da política externa americana identificada com o Destino Manifesto.

Palavras-chave: ascensão do Sul; modernização; política externa norte americana; John Boyd; neoconservadorismo.

1. Introdução

O papel destacado dos chamados países em desenvolvimento nos últimos anos, entre os quais se destaca o Brasil como principal expoente no continente americano, trouxe novamente para os meios acadêmicos e para a mídia em geral, a discussão das relações entre os países do Norte e os do Sul. A ascensão dos países do Sul é parte de um processo histórico do capitalismo, com grande inspiração no “modelo norte-americano” de estabelecimento de poderio econômico e político.

Entretanto, as visões divergentes existentes dentro dos Estados Unidos com relação ao papel desse Estado no sistema internacional - e perante este - interpretam o crescimento econômico dos países do Sul de um modo diferente. Uma das visões existentes, a do Destino Manifesto, entende que os EUA possuem o encargo divino de promover a libertação dos povos dominados, levando até eles a civilização. Essa percebe o Sul como uma ameaça e algo inferior aos EUA, nos quais as ideias de emancipação política

³⁴Os coautores agradecem a orientação do professor José Miguel Quedi Martins e a colaboração dos participantes da Oficina de Estudos Estratégicos.

³⁵Graduando em Relações Internacionais, UFRGS. E-mail: jgburmann@gmail.com.

³⁶Graduanda em Relações Internacionais, UFRGS. E-mail: luizaclcorrea@gmail.com.

e/ou econômica não são legítimas. O pensamento de John Boyd foi identificado como influenciado e influenciador pelo modo de pensar dos EUA do Destino Manifesto.

John Boyd foi um teórico da guerra americano que trabalhou como consultor do Pentágono, realizando apresentações sobre sua visão da guerra para tomadores de decisão militares. O objetivo estratégico traçado por Boyd é o de através da gerência do caos aumentar o grau de incerteza do inimigo e produzir seu colapso moral. Esse objetivo e o modo de fazer a guerra decorrente dele viabilizam o exercício do *excepcionalismo* americano através da intervenção, do governo mundial através da guerra permanente.

Existe, porém, outra visão do *excepcionalismo* estadunidense: a da Doutrina Monroe, a qual defende a governança da sociedade, pelos americanos, através do exemplo.

Procurando aclarar as bases do comportamento americano em relação à emergência do Sul, pretendeu-se, no presente artigo, demonstrar que: (i) há relação entre a visão de mundo e o pensamento estratégico de Boyd e o comportamento dos Estados Unidos face à ascensão do Sul; (ii) houve uma resposta claramente neoliberal à ascensão do Sul nos anos 1970 e neoconservadora no início dos anos 2000; (iii) após a eleição de Obama em 2008, o comportamento estadunidense em relação ao Sul ascendente tornou-se ambíguo; (iv) está por ser definido qual das duas visões prevalecerá: Destino Manifesto ou Doutrina Monroe, expresso pelas políticas neoconservadoras e de Obama, respectivamente.

Para tal, primeiramente, estabelecemos a relação da ascensão do Sul com o processo de replicação do modelo americano. Analisamos, através da perspectiva de Chang, as similaridades entre as escolhas econômicas norte-americanas durante o desenvolvimento de sua economia e as escolhas dos novos países desenvolvidos. Em seguida, relacionamos as oportunidades de desenvolvimento da periferia a momentos específicos do sistema capitalista mundial e da economia norte-americana.

Em um segundo momento, procuramos relacionar as ideias de Maria da Graça Mantovani a respeito da dualidade norte-americana e o pensamento de

John Boyd, a fim de explicar a influência do pensamento de Boyd nas políticas neoliberais da década de setenta e oitenta, e neoconservadoras dos anos 2000, especialmente em relação à emergência dos países do Sul.

Por fim, analisamos os possíveis delineamentos de uma reação norte-americana ao cenário atual procurando identificar as ações já sinalizadas com as correntes de pensamento ligadas ao Destino Manifesto ou à Doutrina Monroe.

2. Ascensão do Sul: disseminação do modelo americano

O processo de ascensão do Sul não se deu como uma reinvenção do processo produtivo capitalista ou uma transformação do desenvolvimento econômico. Pode-se chamar o desenvolvimento de diversos polos regionais de resultado da exportação do modelo Americano na medida em que se observa a presença de protecionismo e de intervenção estatal para a construção de uma economia robusta e autônoma. É estranho, para alguns, relacionar o sucesso econômico estadunidense a medidas antiliberais como as supracitadas. O país que estimula e endossa as prescrições liberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial parece amplamente crente na capacidade gestora do mercado, na função mínima do Estado e na cautela financeira. Cabe ressaltar, no entanto, que essa posição só foi tomada após longa fase de protecionismo da indústria infante e nem hoje é totalmente praticada pelo país. A título de exemplo, não só para o fim de explicação imediata, mas também como introdução à explicação da série de mecanismos que impulsionaram os emergentes, servem as reformas de Hamilton, primeiro ministro das Finanças dos EUA. No *Report on the Subject of Manufactures*, submetido ao Congresso americano em 1791, Hamilton propôs tarifas protecionistas, proibição à exportação de matérias-primas, subsídios, prêmios e patentes para invenções, regulamentação dos padrões de produção, e desenvolvimento de infraestrutura financeira e de transportes. As ideias de Hamilton foram contestadas e revalidadas ao longo da história norte-americana, geraram, todavia, com certeza, as bases da política econômica dos Estados Unidos até 1945 (Chang 2009, 48 - 49).

Ao concatenar a necessidade de desenvolvimento industrial rápido e inserção internacional, diversos países - tardiamente - replicaram o modelo

americano. Fosse a partir da substituição de importações (caso latino-americano) ou da construção de países “plataformas de importação” (caso asiático), todo o desenvolvimento de uma liberdade de escolha proveniente do crescimento econômico e autonomia industrial combinou: o incentivo estatal a indústrias específicas, em consonância com o setor privado; proteção tarifária de tais setores escolhidos; subsídios; direcionamento de crédito; e grandes projetos realizados por empresas estatais (Chang 2009, 13). A absorção do exemplo americano se deu através da disseminação do modelo fordista em grande escala, aliado à exploração de matérias primas para os países robustos em termos populacionais e territoriais, ou da administração de novas tecnologias e apostas no investimento estrangeiro. A semelhança repousa no fato de que estas economias chegaram ao ponto que estão por meio de uma conexão seletiva e estratégica com a economia internacional (Chang 2009, 37).

Como consequência da implantação de um modelo de produção fordista - sustentado no desenvolvimento de setores industriais estratégicos e de bens de consumo duráveis - iniciaram-se nas décadas de 1960 e 1970 diversos processos de urbanização nos Novos Países Industriais. Em graus diferenciados, dependendo do país, esta urbanização foi responsável pela transição de grandes massas de trabalhadores das zonas rurais, para as cidades. Este êxodo deveu-se a expansão dos setores industriais, que em um primeiro momento utilizavam mão de obra intensiva, preferencialmente com pouca qualificação, que pudesse ser mantida com baixos salários. A essa massa de trabalhadores recém-chegada nas cidades, somaram-se as empresas transnacionais e estatais voltadas para o mercado externo. Ambos estes agentes demandavam a existência de grandes investimentos em infraestrutura de transportes, de telecomunicações, e principalmente de organização do espaço urbano. O resultado de tal processo foi proliferação de grandes metrópoles nos países do Sul, constituídas de uma população muito elevada, essencialmente de classe operária não qualificada.

O processo acima descrito, da tomada de decisões a favor do desenvolvimento nacional autônomo e para isso, da expansão da capacidade industrial do país, pode ser contido em uma expressão, como a desenvolvida por Samuel P. Huntington: “modernização”. A perseguição do modelo americano, no entanto, não se restringe à esfera econômica. Ao longo do

processo de modernização devem ser escolhidas as formas de gerência da sociedade, uma vez que a mudança nas relações produtivas liquida o regime político tradicional. A necessidade de revisão das estruturas institucionais não exclusivamente leva à racionalização do sistema político. Os padrões culturais e o grau de politização das sociedades influenciam largamente nas novas formas de controle dos radicalismos e do modelo de comportamento oficializado, resultantes da modernização (Peres 2004, 10). Dentre as opções existentes, a solução institucional democrática é a que completa a reflexão do modelo norte-americano (ou ocidentalização, para Huntington). A estabilidade política é alcançada através dos ideais de constitucionalismo, do federalismo e da democracia de massas.

Destacar, no entanto, estes dois processos - o desenvolvimento econômico dos EUA e o desenvolvimento econômico dos países do Sul – dos seus devidos contextos históricos e colocá-los em comparação direta prejudica a análise de outra dinâmica profundamente importante para se compreender a emergência do Sul a partir do modelo americano. Não só o desenvolvimento do Sul é espelhado no americano em termos de modelo “estático” de como se desenvolver economicamente, mas também é dele consequência histórico-processual.

A pujança da economia norte americana no pós-Segunda Guerra, aliada à conjuntura do sistema capitalista que promovia o “transbordamento de capitais” atingiu positivamente as economias da periferia (mesmo que, de forma relativa ao centro, permanecessem em desvantagem) e adensou as redes que interconectam o capitalismo mundial. Explica-nos Martínez Martins:

“Depois de 1945, a característica essencial da expansão [capitalista] residiu na internacionalização, do comércio e também de capitais; do capital produtivo: as atividades produtivas se assentaram a nível mundial em países diferentes das matrizes. Assim, se internacionalizaram as unidades produtivas, ramos, processos de trabalho, tecnologia, em um escalonamento dentro da nova divisão internacional do trabalho” (Martínez Martins 1992, 25).

Em um segundo momento, a partir do final dos anos 1960, o esgotamento do modelo fordista-keynesiano – assentado na distribuição de renda, intervenção estatal, produção de larga escala em linha de montagem –

também gerou um choque externo positivo nas economias subdesenvolvidas. Como reação à exaustão do padrão produtivo vigente e possível ultrapassagem da sua economia pelos países da Europa Ocidental e Japão, os EUA iniciaram uma série de aumentos reais nos preços do petróleo, das matérias primas e dos alimentos, o que afastou seus rivais no momento da reestruturação econômica e qualificou certos países do Terceiro Mundo, que lucravam com a exportação de produtos primários, a exercerem o papel de incipientes potências locais (Visentini 2004, 20- 21).

3. Duas respostas dos EUA à ascensão do Sul

Vimos, portanto, que a ascensão do Sul é, antes que uma ameaça à hegemonia americana, um resultado dela. Todavia, a interpretação dos EUA em relação a esse movimento, nem sempre foi nesse tom. É possível, como fez Maria da Graça Mantovani³⁷, diferenciar dois modos distintos de ação com relação à política externa existentes dentro dos EUA. Dois países que diferem historicamente e moralmente³⁸.

O primeiro desses é os Estados Unidos da Doutrina Monroe, em que está presente o anseio de exportar os valores da Revolução Americana, de emancipação e de cidadania. Proclamada em uma mensagem do presidente americano James Monroe, em 1823, esta doutrina é a transferência dos ideais dispostos na Declaração de Independência e na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, para a esfera internacional, mais especificamente às Américas (Mantovani 2006, 62). De acordo com Monroe, os movimentos nacionais que buscassem incorporar esses valores deveriam ser interpretados como efetivação do ideal de mundo americano.

Entretanto, o dever americano de propagar esses valores foi, ao longo da história, distorcido. A ideia do povo eleito - ou como é mais comumente utilizado para o caso americano, a do *excepcionalismo* - pode ter duas faces: a de eleito para guiar e, portanto, dotado de mais encargos; e a de eleito para

³⁷Mantovani, Maria da Graça H. “Tribunal Sul-Americano: uma concepção cibernética de integração”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

³⁸Apesar de, ao longo do trabalho, tratarmos os dois modos de ação como uma dicotomia, essa é uma opção dos autores. Não necessariamente a política externa dos EUA expressou-se na história, por este antagonismo. Para uma análise mais detalhada dessa dicotomia ver MANTOVANI, 2006 e CASTELLANO, 2008.

governar, dominando, subjugando o resto e desfrutando de posições privilegiadas. Na primeira perspectiva a eleição é um fardo que dota a sociedade de “autorresponsabilidade”, na outra, uma vantagem que imuniza o povo do erro.

É da versão da prerrogativa de superioridade que surgirá o “segundo país dentro do mesmo território”, os Estados Unidos do Destino Manifesto, conflitante com o país da Doutrina Monroe.

Fortalecida na época da discussão sobre a anexação do Texas e a expansão para o Oeste, esta visão se manifestará no termo Destino Manifesto. Utilizando-se deste termo a fim de legitimar a ocupação de territórios do Oeste, John O’Sullivan afirma em seu ensaio “Anexação” que Deus havia escolhido o povo norte-americano para prosperar e levar seus valores ao mundo, tal como a liberdade, a religião civil e a democracia. Assim, a expansão americana poderia ser vista como uma condução divina de um processo civilizatório, libertador dos povos dominados. Uma missão que deveria ser cumprida pelo povo eleito. Como escreve Igor Castellano: “emergia uma outra América que, ao invés de se autoperceber a partir do privilégio de inspirar pelo exemplo, propunha a transformação do mundo a partir de sua expansão e intervenção” (2008, 19).

Estas “duas Américas” expressam-se no debate acerca da entrada dos Estados Unidos na Liga das Nações. Cada uma das interpretações de América estava representada nas figuras do presidente Woodrow Wilson e do senador Republicano Henry Cabot Lodge.

Wilson era a representação do puritanismo e do liberalismo. Em seu discurso sobre a Liga das Nações, após voltar aos EUA depois da Conferência de Paris em 1919, Wilson defende sua crença na organização e a ideia de que através dela seria possível impedir novas guerras e submeter as impunidades do mundo ao julgamento e a ação dos homens (Wilson 1919, 2). Entretanto, a assinatura do Tratado de Versalhes e a criação da Liga das Nações expressam a ideia de que o povo alemão deveria ser responsabilizado pela Primeira Guerra Mundial. Portanto, há aí um mecanismo em que as grandes potências poderiam punir os transgressores da ordem internacional. Em suma, um mecanismo de governo mundial, agindo através do livre

mercado, e expressando a visão do Destino Manifesto do *excepcionalismo* americano.

Do outro lado do debate, encontrava-se o senador Republicano, Henry Cabot Lodge, líder informal da maioria Republicana no Senado. Ele foi o grande articulista no Senado contra a ratificação do Tratado de Versalhes (e a adesão a Liga das Nações) pelos EUA. Lodge não se manifestava contra o exercício do *excepcionalismo* estadunidense (Lodge 1919). Pelo contrário, era um árduo defensor da Doutrina Monroe, auxiliando na formulação da Doutrina Taft-Knox-Lodge, que a ampliou para as empresas privadas estrangeiras que não mais poderiam interferir em países americanos (Mantovani 2006, 68).

A oposição de Lodge ao projeto de Liga das Nações de Wilson dizia respeito ao tipo de participação dos Estados Unidos na organização. Para ele era inaceitável a cláusula X do tratado, que propunha que em caso de agressão a um dos membros, que os demais deveriam automaticamente prover recursos para defesa desse membro. Em outras palavras, essa cláusula tirava a decisão de entrar em guerra das mãos do Congresso estadunidense, levando-o a incorrer em conflitos que não necessariamente fossem do interesse do país.

Em oposição ao projeto wilsoniano, Lodge formulou um documento composto por 14 reservas ao Tratado de Versalhes, que punha como ponto principal a exclusividade do Congresso em declarar guerra a outro Estado. Após um longo processo legislativo foi decidida a não ratificação do tratado, impedindo a participação efetiva dos EUA na Liga das Nações.

Como pode ser visto, Wilson e Lodge representam duas expressões do *excepcionalismo* que se antagonizam e se aproximam na política norte-americana. Diz-nos Maria da Graça Mantovani:

“[...] os EUA eram (e ainda são) uma nação dividida entre a Doutrina Monroe e o Destino Manifesto, ainda que ultimamente pareçam pender exclusivamente para o último” (Mantovani 2006, 111).

Crendo na ideia de que os EUA nos últimos tempos tendem ao comportamento relacionado ao Destino Manifesto, passaremos para análise

da teoria estratégica de John Boyd. É via Boyd, cuja teoria traduz militarmente a forma de afirmação da excepcionalidade norte-americana no mundo, que chegaremos às respostas neoliberais/neoconservadoras, dos anos 1970-80 e 2000.

4. O pensamento estratégico de John Boyd

John Boyd foi um estrategista militar estadunidense, considerado por seus seguidores como o maior pensador do século XX. Piloto de caça de pouca expressão nas Guerras da Coreia e do Vietnã, Boyd desenvolveu estudos sobre guerra de manobra (*Maneuver Warfare*), aplicada, especificamente, a guerra aérea. Quando deixou o serviço ativo, tornou-se consultor da USAF (Forças Aéreas dos Estados Unidos da América) no Pentágono, e foi o grande responsável pelo desenvolvimento de novas gerações de caças estadunidenses, como o F-16 e o F-15³⁹. Por conta de sua participação no desenvolvimento tecnológico da aeronáutica estadunidense, foi um dos expoentes do movimento de reforma das forças armadas, que se destacou no Congresso Americano nas décadas de 1970 e 1980.

Boyd nunca publicou um livro. Suas obras escritas são um artigo que contém a parcela epistemológica de sua teoria estratégica⁴⁰ e um trabalho da Universidade da Força Aérea, de conteúdo estritamente militar. Toda sua teoria estratégica de guerra está contida em diversas apresentações de slides, que eram feitas para tomadores de decisão do Pentágono e para oficiais da USAF. Dentre as centenas de apresentações feitas por Boyd, pode-se dizer que a mais importante foi realizada para Dick Cheney, o então Secretário de Defesa dos EUA. Essa apresentação ocorreu justamente no momento de preparação dos EUA para a Operação Tempestade no Deserto, que deu início a Guerra do Golfo de 1991. Na ocasião, Boyd expôs sua teoria estratégica, e especialmente seu conceito de ciclo OODA, amplamente aplicado pela USAF durante a operação (Coram 2002, 422-24; Richards 2012, 3; Osinga 2005, 5).

³⁹Como contribuição a USAF ainda, desenvolveu o conceito de AirLand Battle (Batalha Ar-Terra) utilizado por esta durante a Guerra do Vietnã e ao longo da década de 1980.

⁴⁰ Boyd, John. *Destruction and Creation*.1976. Não publicado.

Apesar de sua participação em setores de grande importância na definição da estratégia militar estadunidense, as menções claras à influência de Boyd são raras. Grande parte do reconhecimento a seu trabalho é feito somente no que diz respeito à teoria de guerra de movimento aéreo ou aos caças que este ajudou a desenvolver. Para que se possa estabelecer uma relação entre o pensamento de grande estratégia *boydiana*, e a resposta liberal dos EUA na década de 1970 e neoconservadora nos anos 2000, é necessário que analisemos primeiramente as linhas gerais da teoria de Boyd, e em seguida como esses ideais expressam-se nas ações estadunidenses.

Para o autor, o homem tem como objetivo principal de sua vida a sobrevivência. Mais do que isso, o homem busca sempre aumentar sua capacidade de ação independente. Neste contexto, até mesmo suas relações sociais estarão condicionadas ao cumprimento desse objetivo. O grau de cooperação ou conflito dependerá da capacidade de o homem agir de modo independente (Boyd 1976, 1).

O meio ambiente *boydiano* caracteriza-se pela complexidade, incerteza e pela desordem - decorrente do Princípio da Entropia ou Segunda Lei da Termodinâmica - que resultam em caos. (Boyd 1976, 4-6) Para que o homem possa alcançar seu objetivo de sobrevivência é necessário que explore suas próprias fraquezas e dificuldades, além das do inimigo. Isso é realizado através do processo de ciclo OODA: Observação, Orientação, Decisão e Ação. (Boyd 1995, 3)

É através da exploração do nosso ciclo de tomada de decisões e de ação que conseguimos superar a incerteza e a desordem do sistema. E agindo pelo mesmo processo, de modo mais rápido e eficiente, interferindo no ciclo OODA do inimigo explorando suas fraquezas e contradições – se alcançam as vitórias. Ou seja, garantindo a sobrevivência neste sistema incerto.

É fundamental atentar para o fato de que, uma vez que o ciclo OODA envolve muito mais aspectos e capacidades mentais e morais do que físicas, as ações contra um inimigo também devem objetivar essas áreas. Sendo assim, Boyd faz uma distinção entre: (i) guerra física, que busca destruir habilidades e recursos tangíveis, como pessoas, armas e ativos logísticos; (ii) guerra mental, que se centra em dificultar a percepção inimiga da realidade

através de ações como desinformação sobre as redes de comunicação e de controle, ou seja, agindo na Observação e na Orientação, do ciclo OODA; (iii) e a guerra moral, em que o objetivo final da ação é “destruir os laços morais que permitem a existência de um corpo orgânico”. (Boyd 1986, 122)

A guerra moral é a parte da guerra mais importante para Boyd. Através deste meio de conflito o ciclo OODA do adversário será afetado e desestabilizado por inteiro. Portanto, é com base na guerra moral que Boyd formula seu objetivo estratégico, a saber:

“Penetrar o ser moral, mental, e físico do adversário de modo a dissolver sua fibra moral, desorientar suas imagens mentais, romper suas operações, e sobrecarregar seu sistema, assim como subverter, quebrar ou capturar, senão subjugar os bastiões morais, mentais e físicos, conexões ou atividades nas quais ele depende, a fim de destruir a harmonia interna, produzir paralisia e colapsar a vontade adversária de resistir.” (Boyd 1986, 133)

Pode se dizer que a guerra, com John Boyd, torna-se um processo menos humano e moral do que aquela teorizada até o momento. A guerra como conflito físico e mental, como expressa por Sun Tzu, Fuller e Jomini - para citar alguns teóricos nos quais Boyd se inspirou - assume um caráter destruidor muito mais profundo. A partir de agora, a guerra possui o objetivo de afetar o inimigo moralmente, tornando a realidade dele tão caótica, desordenada e incerta, que o leve ao colapso moral.

Por consequência, os meios para se conduzir uma guerra cujo objetivo não é tão somente o colapso físico do adversário também irão variar. Nos termos em que Boyd expõe seu objetivo estratégico, qualquer meio que conduzido através do ciclo OODA, e que busque afetar o ciclo OODA adversário, pode ser eficiente para causar o colapso moral do rival.

A efetivação do pensamento de Boyd se expressa na prática da guerra permanente. Uma vez que seu objetivo final é, mais do que a derrota física do adversário, sua derrota moral os meios para se conduzir a guerra serão variados. A política e a economia, portanto, constituir-se-ão em meios ordinários de se fazer a guerra.

Cabe observar que, o termo permanente nesse conceito não possui relação direta com a duração das guerras. Diz respeito, na verdade, à condição assumida pelo Estado de que qualquer prática de política externa é uma ação de confronto a algum adversário.

5. Resposta neoconservadora / neoliberal dos EUA à ascensão do Sul

Expostas as duas visões do papel dos EUA no mundo - Doutrina Monroe e Destino Manifesto - e a teoria estratégica de John Boyd, notamos a influência da visão oriunda do Destino Manifesto na política externa estadunidense. Nosso objetivo daqui em diante será explorar como essa visão se fez presente na política norte-americana em relação à ascensão do Sul, em dois momentos: a Grande Crise dos anos 1970 e 1980; e os anos 2000.

Adotamos daqui por diante (assim como Mantovani 2006) a tese de que os EUA, a partir dos anos 1970, passaram a adotar como prática a guerra permanente (*perpetual war*).

5.1. Contexto dos anos 1970-80

Envoltos por esse conceito, os EUA planejarão a resposta à “Grande Crise” e à proeminência do Sul na década 1970. A desvinculação do dólar ao ouro, a primeira das ações de “resposta”, em 1971, (adotado com o sistema de Bretton Woods) torna o dólar uma moeda política e cria uma nova “arma” para o governo norte americano: a economia.

Assim, a moeda americana poderia ser emitida em maior quantidade e inflacionar os preços mundialmente, cobrindo os rombos orçamentários da guerra do Vietnã através da valorização das exportações americanas e depreciação das do Terceiro Mundo (Visentini 1992a, 12). O aumento subsequente dos preços do petróleo não só foi uma reação dos países da OPEP ao aumento generalizado dos preços, mas também uma maneira dos EUA e das petrolíferas transacionais de “castigar” as emergentes economias alemã e japonesa, não produtoras de petróleo.

Nos países subdesenvolvidos que não conseguiam alcançar um equilíbrio no novo nível de preços, a crise se propagou. Isso se deveu ao fato de o aumento do valor das exportações de produtos primários não ter sido

suficiente para superar o acréscimo no preço dos combustíveis (Amin 1978, 42). A crise que abateu esses países, somada ao declínio relativo dos EUA proporcionou ambiente favorável à explosão de “ondas revolucionárias”. A Revolução Sandinista e a Revolução Iraniana (ambas em 1979) são exemplos da nova dinâmica anti-imperialista imprevisível que abala o cenário internacional (Visentini 1992a, 12 - 14).

Além do esgotamento econômico norte-americano oriundo dos custos da guerra do Vietnã, a reestruturação do capitalismo que ocorre nessa década provoca reações adversas tanto nas economias centrais quanto nas periféricas. A transferência de bases industriais para os países da periferia, a fim de diminuir custos e alcançar preços competitivos, resolve o problema de crescimento da produção e influxo de capitais por algum tempo. Mesmo que concentradas nos segmentos de tecnologia avançada, todavia, as economias centrais não conseguem manter o mesmo ritmo empregatício e de crescimento. A desindustrialização provoca prostração na sociedade e ondas de violência que alarmam as elites. A intervenção governamental para mitigar a situação caótica é constrangida pela ofensiva neoliberal. Nos Novos Países Industrializados - aqueles que receberam os investimentos e, em maior quantidade, novas sedes de empresas transacionais - a concentração de renda e a poluição crescem a níveis alarmantes. (Visentini 1992a, 16 - 19)

O cenário de crise, ebulição do Terceiro Mundo e reestruturação da divisão internacional do trabalho produziram um ambiente de incerteza insustentável para os meios conservadores. A resposta destes foi baseada no neoliberalismo; em uma nova corrida armamentista; na posição de intransigência em relação à multilateralização da política internacional; e na substituição da bandeira dos direitos humanos pela democracia e combate ao terrorismo (Visentini 1992a, 21; Davis 1985, 89).

A articulação dessas políticas cercou os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo de dificuldades e proibições. A retomada da busca da superioridade militar obrigou a URSS a cessar o apoio aos insurgentes e estes, enfraquecidos, não puderam superar a nova estratégia americana de combate em teatros limitados. A estratégia dos *conflitos de baixa intensidade* foi desenvolvida com o propósito imediato de reforçar os opositores nos países em revolução nacionalista e os governos conservadores para evitar o

sucesso das guerrilhas de esquerda. Esse é o caso das diversas revoluções ocorridas na América Central (Panamá, El Salvador e Nicarágua), e na África (Moçambique, Angola, e Zimbábue) (Visentini 1992b, 88).

5.2. Contexto anos 2000

Tendo vista as políticas norte americanas neoliberais das décadas de 70 e 80, de manutenção da guerra permanente, nos campos militar, econômico e diplomático, percebe-se a nítida presença dos ideais do Destino Manifesto. Entretanto, na primeira década do segundo milênio, delineiam-se duas políticas divergentes com relação à ascensão do Sul. Novamente podem-se identificar nessas políticas traços das duas visões de mundo americanas.

Como no período de 1970 a 1980, os elementos de desestabilização econômica e questionamento da posição relativa dos EUA no cenário mundial estão presentes. Após uma década de hegemonia incontestável no sistema internacional, os EUA dos anos 2000 caracterizam-se como um país de política externa unilateral, envolto em intervenções militares mundo afora - justificadas pela defesa da democracia “sem adjetivos” e pelo combate ao terrorismo - e com uma economia pauperizada pelos custos de duas guerras sem previsões de acabar. A Doutrina Bush dá forma institucional à resposta dos *neocons* estadunidenses, assim como a Era Reagan deu à resposta neoliberal dos anos 1970-80.

A esse cenário soma-se, mais recentemente, o papel de destaque dos países em desenvolvimento - representantes da nova proeminência econômica, diplomática e militar do Sul - institucionalmente denominados *BRICS*. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, articulados como um grupo, defendem uma reforma do sistema monetário internacional, do FMI, das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Suas reivindicações manifestam o entendimento de que é necessário reformar as instituições internacionais, de modo a refletirem um sistema internacional multipolar e regionalizado. Quanto à reforma do sistema monetário, a principal justificativa fica em torno da incapacidade atual dos Estados Unidos em gerenciar o dólar como padrão monetário internacional, e a vulnerabilidade dos demais países às políticas econômicas internas estadunidenses (Visentini 2011).

No que toca as instabilidades no mundo subdesenvolvido, a Primavera Árabe, conjunto de levantes que derrubaram oligarquias autoritárias em diversos países do Oriente Médio e Norte da África, reavivou questões relacionadas ao mercado energético, à legitimidade de governos ditatoriais e intervenções militares. Mais especificamente, tal movimento, ocorrido em uma área de grande importância estratégica para a economia mundial, trouxe à tona discussões sobre o papel do intervencionismo norte-americano e da defesa do ideal ocidental de democracia. Em outras palavras, volta-se à discussão sobre como deve se manifestar o *excepcionalismo* norte americano na política mundial.

A resposta à conjuntura atual, no entanto, ainda não foi definida. Há sinais das duas expressões do *excepcionalismo* americano atuando. A eleição de Barack Obama a presidência do país – democrata e eleito em grande parte devido às críticas ao governo intervencionista de George W. Bush – em 2008, demonstrou que a população estadunidense demanda novas formas de expressão do *excepcionalismo* de sua nação.

Contudo, como fica expresso na resolução 568 de 17 de Maio de 2012 da Câmara dos Deputados dos EUA (*House of Representatives*), há parcela da sociedade que ainda está engajada com a perspectiva do Destino Manifesto. Essa resolução expressa o entendimento da Câmara dos Deputados sobre a importância de se prevenir que o governo do Irã adquira capacidades nucleares. Em termos simples, ao afirmar que é um interesse vital para a segurança dos EUA prevenir o Irã de adquirir poder militar nuclear, essa resolução impediu o governo estadunidense de encontrar uma solução para o conflito iraniano que não a do enfrentamento, através da manutenção das sanções econômicas e da pressão diplomática.

A resposta expressa pela resolução 568, vinculada à visão de mundo do Destino Manifesto, à teoria de John Boyd e à manutenção da guerra permanente define-se por: (i) os anseios de reforma monetária internacional serem interpretados como afrontamento à hegemonia econômica estadunidense; (ii) a manutenção de conflitos no Oriente Médio ser escolhida como forma de gerência de regiões inconstantes, impedindo a ascensão de forças regionais; (iii) e, no caso dos *BRICS*, o papel de destaque econômico

dos países do grupo ser respondido com a desvalorização do dólar e consequente tarifação desleal às importações (Thorstensen 2011, 17).

Em contrapartida, a outra resposta que pode ser identificada, ainda que parcamente, busca atuar: (i) via reconhecimento das propostas de alteração no padrão monetário internacional, como a aceitação de negociações acerca de uma moeda internacional (Gantois 2009); (ii) na criação e fortalecimento de mecanismos de governança regional, como o papel ampliado da OCX (Organização de Cooperação de Xangai); (iii) mantendo sua supremacia econômica através da administração de marcas e patentes, e investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Essas políticas, por sua vez, estão ligadas à eleição de Obama, à América da Doutrina Monroe, da liderança pelo exemplo, das ações multilaterais e do estabelecimento de um ambiente internacional seguro juridicamente através do respeito ao Direito Internacional.

6. Conclusão

A assinalação da pendência exclusiva da política externa estadunidense para o Destino Manifesto, no trabalho de Mantovani, diz respeito às escolhas de política externa dos EUA em relação à gerência mundial através da supremacia nuclear e, posteriormente, da guerra permanente. O pensamento de John Boyd, nesse contexto, revela-se uma tradução dos meios de efetivação da missão divina do *excepcionalismo* americano. Em outras palavras, Boyd, ao defender a eficiência do processo do ciclo OODA em relação ao do oponente, está corroborando a visão de superioridade dos EUA em relação ao resto do mundo.

A operacionalização dos pensamentos de John Boyd e da superioridade tal qual expressa pelo Destino Manifesto, configurou-se como a resposta neoliberal dos EUA em relação à ascensão do Sul nos anos 70 e 80. Até o presente momento, a resposta estadunidense à conturbada conjuntura internacional e à nova ascensão do Sul, tem sido mais próxima das políticas neoconservadoras, ligadas a Boyd e a Destino Manifesto, do que aos ideais da Doutrina Monroe.

Como expressou Mantovani, a manutenção da guerra permanente pelos EUA levou-os à abdicação dos valores de democracia e de soberania tais quais expressos na Doutrina Monroe. “O triunfo da América no pós-Guerra Fria converteu-se no colapso da Revolução Americana e da projeção de seus valores (liberdade e igualdade) [...]” (Mantovani 2006, 149). Ao invés dos valores da Revolução Americana, os Estados Unidos passaram a exportar a guerra, via a negação da liberdade dos indivíduos e dos povos que tentavam - e tentam - se constituir como autogovernos.

Contudo - como demonstramos - após a eleição de Barack Obama ao cargo de presidente, delineia-se dentro dos EUA outra resposta à ascensão do Sul. Essa prega a multilateralização das relações, a promoção das regiões e a governança mundial através do exemplo, fundamentando-se claramente na visão de *excepcionalismo* da Doutrina Monroe.

Tal perspectiva, através da qual os países emergentes tem espaço na construção da governança mundial, sustentamos, responderia de modo mais satisfatório à transferência de poder corrente no cenário internacional. Essa resposta seria preferível no que toca aos valores da não confrontação, do multilateralismo e do fortalecimento de um sistema baseado no diálogo e na cooperação regional.

A preferência por estes valores não é baseada em abstrações e idealismos. A negação da ascensão do Sul já foi feita anteriormente e não resolveu aspectos como o gerenciamento das regiões, o desenvolvimento de um capitalismo sustentável ou mesmo da manutenção da hegemonia americana. É somente através dos valores presentes na resposta relacionada à Doutrina Monroe, que se torna possível um ambiente multipolar estável, em que o consenso se torna o resultado da metabolização das divergências de interesses através das instituições internacionais.

Referências Bibliográficas:

Amin, Samir. *A Caminho de uma Nova Crise Estrutural do Sistema Capitalista*. Porto: Ed. Afrontamento, 1978.

Boyd, John “Destruction And Creation”. Não publicado: 1976. Acessado em 5 de maio de 2012:

http://goalsys.com/books/documents/DESTRUCTION_AND_CREATION.pdf

Boyd, John. "Patterns of Conflict". Apresentado pela primeira vez em 1986. Acessado em 5 de maio de 2012: <http://www.ausairpower.net/JRB/poc.pdf>

Castellano da Silva, Igor. "A Influência da Religiosidade nas Políticas de Defesa de EUA e Brasil". Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

Chang, Ha-Joon. *Maus Samaritanos: O Mito do Livre-Comércio e a História Secreta do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Coram, Robert. *Boyd: The Fighter Pilot Who Changed the Art of War*. Nova York: Little, Brown & Company, 2005.

Davis, Mike. "O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva". In *Exterminismo e Guerra Fria*, editado por Edward Thompson, Mike Davis, Rudolf Bahro, Roy e Zhores Mendevev, Noam Chomsky e Alan Wolfe, 15-58. São Paulo: Brasiliense S.A., 1985.

Gantois, Gustavo. "Ideias no forno para o G-20". *IstoÉ Dinheiro*: 1 de abril de 2009. Acessado em 4 de julho de 2012: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/570_IDEIAS+NO+FORNO+PARA+O+G20 ;

H.Res.568. 112th Congress. *Expressing the sense of the House of Representatives regarding the importance of preventing the Government of Iran from acquiring a nuclear weapons capability*. In: GovTrack.us. Acessado em 15 de junho de 2012: <http://www.govtrack.us/congress/bills/112/hres568>

Huntington, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

LODGE, Henry Cabot. Discurso 12 de Agosto de 1919 sobre a Liga das Nações. Washington D.C.: 1919. Acesso: 14 de julho de 2012: <http://www.firstworldwar.com/source/lodge_leagueofnations.htm>.

Martínez Martín, Miguel. *El Crecimiento Económico en El Mundo Desarrollado*. Madrid: Akal, 1992.

Mantovani, Maria da Graça H. “Tribunal Sul-Americano: uma concepção cibernética de integração”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

Osinga, Frans. *Science, strategy and war: The strategic theory of John Boyd*. Delft: Eburon Academic Publishers, 2005.

Peres, Paulo Sérgio. “Modernização e Desenvolvimento Político: Duas Visões sobre o “Pacote” Democracia-Capitalismo”. *Revista Leviathan: Cadernos de Pesquisa Política* 1 (2004): 263-286.

Richards, Chet. “Boyd’s OODA Loop (It’s Not What You Think)” Abril de 2012. Acessado em 01 de junho de 2012: https://fasttransients.files.wordpress.com/2012/03/boydsrealooda_loop.pdf

Thorstensen, Vera; Marçal, Emerson e Ferraz, Lucas. “Impactos do Câmbio nos instrumentos de comércio internacional: o caso das tarifas.” Agosto de 2011. Acessado em 22 de maio de 2012: http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/4%20painel_Thorstensen.pdf

U.S. Congress.House.*Expressing the sense of the House of Representatives regarding the importance of preventing the Government of Iran from acquiring a nuclear weapons capability*.HRES 568. 112th Cong. (17 Maio de 2012).

Visentini, Paulo G.F. *A Grande Crise: A Nova (Des) Ordem Internacional dos Anos 80 aos 90*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Visentini, Paulo G. F. *A Primavera Árabe: entre a Democracia e a Geopolítica do Petróleo*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

Visentini, Paulo G. F. *Da Guerra Fria à Crise (1945 a 1992)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1992.

Visentini, Paulo G. F. *O Descompasso entre as Nações*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Visentini, Paulo G. F. *O Dragão Chinês e o Elefante Indiano*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

WILSON, Woodrow. *Final Adress in Support of the League of Nations*.25 de Setembro de 1919. Transcrição de COX, Chistopher P. In:

AmericanRhetoric.com. Acessado em: 31 de agosto de 2012:
<<http://www.americanrhetoric.com/speeches/PDFFiles/Woodrow%20Wilson%20-%20Final%20Address%20League%20of%20Nations.pdf>>

Aproximação Sino-saudita

Marina de Oliveira Finger⁴¹
Felipe Bortoncello Zorzi⁴²

Resumo

A Arábia Saudita é um país que historicamente se encontrou à margem dos sistemas político-sociais mais bem sucedidos da sua região. Ela passa a ter importâncias somente após a unificação do Reino em 1932 por Abd al Aziz al Saud e, principalmente, com a descoberta de petróleo feita pela Companhia de Petróleo da Califórnia em 1938. Desde então os laços entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos têm se mantido fortes, e é inegável a importância da aliança para ambos. Nos últimos anos, porém, a relação entre os dois países foi abalada por dois importantes acontecimentos, os ataques de 11 de setembro de 2001 e a crise econômica de 2008. Concomitante a essas oscilações, observa-se uma aproximação entre a Arábia Saudita e a China, desde a normalização da relação entre ambos em 1990 e especialmente após 2008. O artigo, então, buscará analisar esses movimentos e entender seu significado para as relações internacionais. Por fim serão buscadas possíveis tendências e impedimentos nessas relações.

Introdução

Tendo sido historicamente habitada por tribos beduínas nômades e alguns poucos povoados próximos a oásis, a região central da península arábica, conhecida como Najd, é formada por um vasto deserto, onde não existem rios permanentes e aparentemente não há recursos naturais. Desde o fim do Califado Abássida, que se estendia por quase a totalidade do mundo islâmico, essa região esteve à margem de qualquer sistema político-social, mesmo ali se localizando as duas cidades sagradas de Meca e Medina. Inclusive durante o ápice da expansão otomana no século XVI, sua projeção de domínio se limitava somente aos litorais do mar Vermelho e do Golfo Pérsico (Commins 2006). O império Otomano não tinha interesse em manter um controle direto sobre a região, já que não possuía recursos econômicos que o justificassem, tampouco oferecia risco algum à sua segurança.

A origem da moderna Arábia Saudita remonta a 1744 na cidade de Diriyah, próximo a Riad, onde Muhhamad ibn Saud, um local poderoso e

⁴¹Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano: 2012. E-mail: marina_finger@yahoo.com.br.

⁴²Graduando de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano: 2012. E-mail: felibz@yahoo.com.br